CARTA DE POSICIONAMENTO POLÍTICO DA CONAQ À COP31

DO BRASIL À TURQUIA: POR JUSTIÇA CLIMÁTICA, PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES GLOBAIS E FINANCIAMENTO DIRETO AO POVO QUILOMBOLA

À Presidência da COP31 e às Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).
Aos organismos internacionais, fundos climáticos, instituições financeiras multilaterais e comunidade internacional comprometida com a justiça territorial climática.
Às organizações dos povos afrodescendentes, povos indígenas e comunidades locais.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), organização nacional representativa do movimento quilombola brasileiro, dirige-se à comunidade internacional para reafirmar que não existe justiça climática sem justiça territorial, racial e histórica. Os povos quilombolas desempenham um papel fundamental na conservação da biodiversidade, evidenciado pela manutenção de mais de 90% de cobertura de vegetação nativa nos territórios quilombolas abrangidos por levantamentos na Amazônia Legal. Diante dessa contribuição, a crise climática exige respostas que assegurem os direitos territoriais, valorizem os conhecimentos ancestrais e garantam condições concretas para que as comunidades permaneçam protagonistas na proteção de seus territórios, com participação efetiva nas decisões globais e acesso direto aos recursos destinados à ação climática.

Em 2026, ao celebrar 30 anos de organização nacional, a CONAQ reafirma uma trajetória coletiva construída por gerações de resistência, mobilização e defesa dos territórios quilombolas. Nossa história tem origem na luta contra a escravidão e na construção de comunidades que preservaram suas identidades, seus modos de vida e suas formas próprias de organização. Essa historicidade não pertence somente ao passado: ela orienta nossas respostas aos desafios contemporâneos e nosso compromisso com o futuro do planeta.

Os quilombos são territórios de vida, memória, oralidade, ancestralidade e produção de conhecimentos. Somos mais de 1,3 milhão de pessoas quilombolas, organizadas em mais de 7.600 comunidades, distribuídas por mais de 8.400 localidades nas cinco regiões do Brasil, que salvaguardam a biodiversidade, os conhecimentos ancestrais e os modos de vida tradicionais. Por meio das histórias transmitidas entre gerações, das práticas comunitárias, do manejo tradicional da terra e das relações de cuidado com as águas e as florestas, nosso povo contribui para a conservação dos ecossistemas e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Do Cerrado à Amazônia, da Caatinga à Mata Atlântica, passando pelo Pantanal, pelo Pampa e pelos ambientes costeiros marinhos, os territórios quilombolas integram a diversidade socioambiental brasileira. Somos também guardiões das sementes crioulas, da agrobiodiversidade e dos conhecimentos ancestrais que sustentam a produção de alimentos, a conservação da biodiversidade e a proteção dos territórios.

Mantemos práticas agrícolas de baixo impacto ambiental, respeitando os ciclos da natureza, a fertilidade dos solos e a diversidade das espécies, ao mesmo tempo que incorporamos tecnologias apropriadas para fortalecer a produção, a adaptação às mudanças climáticas e a soberania alimentar.

Nossos territórios contribuem para a conservação dos estoques de carbono e, quando mantêm florestas, solos e ecossistemas preservados, favorecem a captura e o armazenamento de carbono, desempenhando um papel relevante na mitigação da crise climática. Essa contribuição resulta de uma relação histórica com a natureza, construída pela oralidade, pela transmissão intergeracional de conhecimentos e pela capacidade de articular ancestralidade, inovação e organização coletiva.

Entretanto, persiste uma contradição que precisa ser enfrentada pela governança climática global: os povos que historicamente contribuem para a proteção dos territórios continuam enfrentando insegurança fundiária, racismo ambiental, pressões econômicas e barreiras ao acesso aos mecanismos de financiamento. Não é suficiente reconhecer nossa contribuição em discursos e documentos internacionais. É necessário assegurar direitos territoriais, participação política e recursos para a implementação de nossas próprias prioridades.

1. FINANCIAMENTO CLIMÁTICO DIRETO: DO RECONHECIMENTO À IMPLEMENTAÇÃO

A CONAQ defende que os fundos climáticos internacionais, tais como o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), o Fundo Verde para o Clima (GCF), o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Fundo de Adaptação e o Fundo para Responder a Perdas e Danos (FRLD), os governos e as instituições financeiras ampliem os mecanismos de acesso direto aos recursos, incluam os povos afrodescendentes na governança desses instrumentos, reduzam barreiras burocráticas desproporcionais e fortaleçam a capacidade institucional das organizações quilombolas. Com a inclusão dos afrodescendentes nas decisões da COP 30, os quilombolas passam a fazer parte do grupo de tomadores de decisão e, por isso, precisam fazer parte dos diversos mecanismos existentes.

Nesse contexto, as comunidades quilombolas, por meio da CONAQ, estão construindo seu próprio mecanismo de gestão e acesso direto ao financiamento, o Fundo Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (FUNGTAQ), como instrumento estratégico para fortalecer a autonomia, a governança territorial e a capacidade de homens e mulheres de gerir recursos destinados à proteção de seus territórios e ao enfrentamento das mudanças climáticas, respeitando suas prioridades e formas próprias de organização coletiva.

O investimento climático deve apoiar a proteção territorial, a adaptação às mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a gestão das águas, a produção sustentável, o combate à pobreza energética e a transição energética local, promovendo o fortalecimento das economias comunitárias com base

nos princípios da economia solidária e circular, na valorização dos conhecimentos ancestrais, na cooperação, no uso responsável dos recursos naturais e na geração e distribuição justa de renda, respeitando os modos de vida, a autonomia e as formas próprias de organização dos territórios quilombolas. É fundamental que os recursos sejam acessíveis, previsíveis, transparentes e adequados às realidades dos territórios, respeitando as formas próprias de organização e decisão coletiva.

O financiamento climático direto não é uma concessão: é uma condição para a autonomia dos povos, a efetividade da ação climática e a distribuição mais justa dos recursos destinados à proteção do planeta. As comunidades quilombolas precisam participar da definição das prioridades, da gestão dos recursos e do acompanhamento dos resultados.

A implementação das propostas apresentadas pela CONAQ na COP31, incluindo a Contribuição Nacionalmente Determinada Quilombola (NDC Quilombola), deve integrar esse esforço. As políticas climáticas precisam reconhecer os territórios quilombolas como espaços estratégicos de conservação e garantir que os compromissos assumidos pelos Estados se traduzem em medidas concretas, com recursos, metas e mecanismos de monitoramento.

MULHERES QUILOMBOLAS NA LINHA DE FRENTE DA AÇÃO CLIMÁTICA

A delegação quilombola brasileira que estará presente na COP31 será composta majoritariamente por mulheres de diversos estados brasileiros, expressão de sua trajetória histórica na defesa dos territórios ancestrais, na transmissão da oralidade, na preservação dos conhecimentos tradicionais, na produção de alimentos, na organização comunitária e na produção de conhecimento científico.

As mulheres quilombolas não são apenas afetadas pelas desigualdades climáticas: são protagonistas na construção de soluções para a crise climática. Em consonância com o Plano de Ação de Gênero de Belém (2026–2034), aprovado pela Decisão 7/CP.30 durante a COP30, a CONAQ defende a implementação efetiva dos compromissos internacionais que reconheçam as especificidades das mulheres quilombolas afrodescendentes e fortaleçam sua participação plena, efetiva e significativa nos espaços de decisão e negociação climática, com acesso direto e equitativo ao financiamento climático.

Garantir essa participação significa ir além da presença formal, assegurando voz ativa, autonomia política e poder efetivo de incidência na formulação, implementação e monitoramento das políticas climáticas globais. Significa reconhecer seus conhecimentos ancestrais, fortalecer suas lideranças e garantir que suas propostas influenciam as decisões internacionais, contribuindo para a proteção dos territórios ancestrais, a conservação da biodiversidade e a construção da justiça climática.

Na COP31, não basta reconhecer o protagonismo das mulheres quilombolas: é preciso assegurar sua participação efetiva nas decisões que definem o futuro do clima e dos territórios. A CONAQ convoca os governos, as Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e os organismos internacionais a transformar os compromissos do Plano de Ação de Gênero em medidas concretas, garantindo representação política, acesso direto e equitativo ao financiamento climático e condições efetivas para que as mulheres quilombolas afrodescendentes exerçam seu poder de incidência nas negociações e na implementação das políticas climáticas.

Não há justiça climática sem justiça racial, equidade de gênero e respeito aos direitos territoriais. A CONAQ reivindica que a COP31 avance do reconhecimento à implementação, incorporando as vozes, os conhecimentos, as experiências e as propostas das mulheres quilombolas às decisões globais. É fundamental que seus direitos, suas prioridades e suas soluções sejam reconhecidos como parte estratégica da resposta à crise climática, com compromissos concretos de participação, financiamento e fortalecimento de sua autonomia política na defesa dos territórios ancestrais.

NOSSO CHAMADO À COP31

Esperamos que a COP31 fortaleça o reconhecimento dos povos quilombolas afrodescendentes nos espaços multilaterais, assegurando participação efetiva, respeito à autonomia organizativa e condições para que suas propostas contribuam para a construção das respostas globais à crise climática.

Não há futuro climático justo se aqueles que mantêm a floresta em pé continuarem à margem das decisões e do financiamento. Excluir os quilombos desses espaços significa desconsiderar conhecimentos construídos ao longo de séculos e reproduzir injustiças históricas que comprometem a efetividade das soluções climáticas.

A COP31 deve ser uma oportunidade para transformar reconhecimento em implementação, compromisso em financiamento e participação em poder real de decisão. A delegação quilombola chega a esse espaço com sua história, sua ciência ancestral e sua organização coletiva. Não reivindicamos apenas o direito de estar presentes, mas o de contribuir efetivamente para as decisões que afetam nossos territórios e o futuro comum da humanidade.

Brasil, 2026

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

https://conaq.org.br/

CARTA DE POSICIONAMIENTO POLÍTICO DE LA CONAQ ANTE LA COP31

DE BRASIL A TURQUÍA: POR LA JUSTICIA CLIMÁTICA, LA PARTICIPACIÓN EN LAS DECISIONES GLOBALES Y EL FINANCIAMIENTO DIRECTO AL PUEBLO QUILOMBOLA

A la Presidencia de la COP31 y a las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (CMNUCC).

A los organismos internacionales, fondos climáticos, instituciones financieras multilaterales y a la comunidad internacional comprometida con la justicia territorial y climática.

A las organizaciones de los pueblos afrodescendientes, pueblos indígenas y comunidades locales.

La Coordinación Nacional de Articulación de las Comunidades Negras Rurales Quilombolas (CONAQ), organización nacional representativa del movimiento quilombola brasileño, se dirige a la comunidad internacional para reafirmar que no existe justicia climática sin justicia territorial, racial e histórica. Los pueblos quilombolas desempeñan un papel fundamental en la conservación de la biodiversidad, como lo demuestra el mantenimiento de más del 90 % de cobertura de vegetación nativa en los territorios quilombolas incluidos en los estudios realizados en la Amazonía Legal. Ante esta contribución, la crisis climática exige respuestas que garanticen los derechos territoriales, valoren los conocimientos ancestrales y aseguren condiciones concretas para que las comunidades sigan siendo protagonistas en la protección de sus territorios, con participación efectiva en las decisiones globales y acceso directo a los recursos destinados a la acción climática.

En 2026, al celebrar 30 años de organización nacional, la CONAQ reafirma una trayectoria colectiva construida por generaciones de resistencia, movilización y defensa de los territorios quilombolas. Nuestra historia tiene sus raíces en la lucha contra la esclavitud y en la construcción de comunidades que preservaron sus identidades, sus modos de vida y sus propias formas de organización. Esta trayectoria histórica no pertenece únicamente al pasado: orienta nuestras respuestas a los desafíos contemporáneos y nuestro compromiso con el futuro del planeta.

Los quilombos son territorios de vida, memoria, oralidad, ancestralidad y producción de conocimientos. Somos más de 1,3 millones de personas quilombolas, organizadas en más de 7.600 comunidades, distribuidas en más de 8.400 localidades de las cinco regiones de Brasil, que salvaguardan la biodiversidad, los conocimientos ancestrales y los modos de vida tradicionales. A través de las historias transmitidas entre generaciones, las prácticas comunitarias, el manejo tradicional de la tierra y las relaciones de cuidado con las aguas y los bosques, nuestro pueblo contribuye a la conservación de los ecosistemas y a la lucha contra el cambio climático.

Desde el Cerrado hasta la Amazonía, desde la Caatinga hasta la Mata Atlántica, pasando por el Pantanal, la Pampa y los ambientes costeros y marinos, los territorios quilombolas forman parte de la diversidad socioambiental brasileña. También somos guardianes de las semillas criollas, de la agrobiodiversidad y de los conocimientos ancestrales que sustentan la producción de alimentos, la conservación de la biodiversidad y la protección de los territorios.

Mantenemos prácticas agrícolas de bajo impacto ambiental, respetando los ciclos de la naturaleza, la fertilidad de los suelos y la diversidad de las especies, al tiempo que incorporamos tecnologías apropiadas para fortalecer la producción, la adaptación al cambio climático y la soberanía alimentaria.

Nuestros territorios contribuyen a la conservación de las reservas de carbono y, cuando mantienen bosques, suelos y ecosistemas preservados, favorecen la captura y el almacenamiento de carbono, desempeñando un papel relevante en la mitigación de la crisis climática. Esta contribución es resultado de una relación histórica con la naturaleza, construida a través de la oralidad, la transmisión intergeneracional de conocimientos y la capacidad de articular ancestralidad, innovación y organización colectiva.

Sin embargo, persiste una contradicción que debe ser enfrentada por la gobernanza climática global: los pueblos que históricamente contribuyen a la protección de los territorios continúan enfrentando inseguridad en la tenencia de la tierra, racismo ambiental, presiones económicas y barreras de acceso a los mecanismos de financiamiento. No basta con reconocer nuestra contribución en discursos y documentos internacionales. Es necesario garantizar derechos territoriales, participación política y recursos para implementar nuestras propias prioridades.

1. FINANCIAMIENTO CLIMÁTICO DIRECTO: DEL RECONOCIMIENTO A LA IMPLEMENTACIÓN

La CONAQ defiende que los fondos climáticos internacionales, tales como el Fondo Bosques Tropicales para Siempre (TFFF), el Fondo Verde para el Clima (GCF), el Fondo para el Medio Ambiente Mundial (GEF), el Fondo de Adaptación y el Fondo para Responder a las Pérdidas y los Daños (FRLD), así como los gobiernos y las instituciones financieras, amplíen los mecanismos de acceso directo a los recursos, incluyan a los pueblos afrodescendientes en la gobernanza de estos instrumentos, reduzcan las barreras burocráticas desproporcionadas y fortalezcan la capacidad institucional de las organizaciones quilombolas. Con la inclusión de los afrodescendientes en las decisiones de la COP30, los quilombolas pasan a formar parte del grupo de actores que participan en la toma de decisiones y, por ello, deben estar incluidos en los diversos mecanismos existentes.

En este contexto, las comunidades quilombolas, a través de la CONAQ, están construyendo su propio mecanismo de gestión y acceso directo al financiamiento, el Fondo Nacional de Gestión Territorial y Ambiental Quilombola (FUNGTAQ), como instrumento estratégico para fortalecer la autonomía, la gobernanza territorial y la capacidad de hombres y mujeres para gestionar recursos destinados a la protección de sus territorios y a enfrentar el cambio climático, respetando sus prioridades y sus propias formas de organización colectiva.

La inversión climática debe apoyar la protección territorial, la adaptación al cambio climático, la conservación de la biodiversidad, la recuperación de áreas degradadas, la gestión del agua, la producción sostenible, la lucha contra la pobreza energética y la transición energética local, promoviendo el fortalecimiento de las economías comunitarias sobre la base de los principios de la economía solidaria y circular, la valorización de los conocimientos ancestrales, la cooperación, el uso responsable de los recursos naturales y la generación y distribución justa de ingresos, respetando los modos de vida, la autonomía y las formas propias de organización de los territorios quilombolas. Es fundamental que los recursos sean accesibles, previsibles, transparentes y adecuados a las realidades de los territorios, respetando sus formas propias de organización y decisión colectiva.

El financiamiento climático directo no es una concesión: es una condición para la autonomía de los pueblos, la efectividad de la acción climática y una distribución más justa de los recursos destinados a la protección del planeta. Las comunidades quilombolas deben participar en la definición de las prioridades, la gestión de los recursos y el seguimiento de los resultados.

La implementación de las propuestas presentadas por la CONAQ en la COP31, incluida la Contribución Determinada a Nivel Nacional Quilombola (NDC Quilombola), debe formar parte de este esfuerzo. Las políticas climáticas deben reconocer los territorios quilombolas como espacios estratégicos de

conservación y garantizar que los compromisos asumidos por los Estados se traduzcan en medidas concretas, con recursos, metas y mecanismos de seguimiento.

MUJERES QUILOMBOLAS EN LA PRIMERA LÍNEA DE LA ACCIÓN CLIMÁTICA

La delegación quilombola brasileña que estará presente en la COP31 estará compuesta mayoritariamente por mujeres de diversos estados de Brasil, como expresión de su trayectoria histórica en la defensa de los territorios ancestrales, la transmisión de la oralidad, la preservación de los conocimientos tradicionales, la producción de alimentos, la organización comunitaria y la producción de conocimiento científico.

Las mujeres quilombolas no solo se ven afectadas por las desigualdades climáticas: son protagonistas en la construcción de soluciones frente a la crisis climática. En consonancia con el Plan de Acción de Género de Belém (2026–2034), aprobado mediante la Decisión 7/CP.30 durante la COP30, la CONAQ defiende la implementación efectiva de los compromisos internacionales que reconozcan las especificidades de las mujeres quilombolas afrodescendientes y fortalezcan su participación plena, efectiva y significativa en los espacios de decisión y negociación climática, con acceso directo y equitativo al financiamiento climático.

Garantizar esta participación significa ir más allá de la presencia formal, asegurando voz activa, autonomía política y poder efectivo de incidencia en la formulación, implementación y seguimiento de las políticas climáticas globales. Significa reconocer sus conocimientos ancestrales, fortalecer sus liderazgos y garantizar que sus propuestas influyan en las decisiones internacionales, contribuyendo a la protección de los territorios ancestrales, la conservación de la biodiversidad y la construcción de la justicia climática.

En la COP31, no basta con reconocer el protagonismo de las mujeres quilombolas: es necesario garantizar su participación efectiva en las decisiones que definen el futuro del clima y de los territorios. La CONAQ hace un llamado a los gobiernos, a las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (CMNUCC) y a los organismos internacionales para transformar los compromisos del Plan de Acción de Género en medidas concretas, garantizando representación política, acceso directo y equitativo al financiamiento climático y condiciones efectivas para que las mujeres quilombolas afrodescendientes ejerzan su poder de incidencia en las negociaciones y en la implementación de las políticas climáticas.

No hay justicia climática sin justicia racial, equidad de género y respeto a los derechos territoriales. La CONAQ exige que la COP31 avance del reconocimiento a la implementación, incorporando las voces, los conocimientos, las experiencias y las propuestas de las mujeres quilombolas en las decisiones globales. Es fundamental que sus derechos, prioridades y soluciones sean reconocidos como parte estratégica de la respuesta a la crisis climática, con compromisos concretos de participación, financiamiento y fortalecimiento de su autonomía política en la defensa de los territorios ancestrales.

NUESTRO LLAMADO A LA COP31

Esperamos que la COP31 fortalezca el reconocimiento de los pueblos quilombolas afrodescendientes en los espacios multilaterales, garantizando una participación efectiva, el respeto a su autonomía organizativa y las condiciones necesarias para que sus propuestas contribuyan a la construcción de respuestas globales frente a la crisis climática.

No habrá un futuro climáticamente justo si quienes mantienen los bosques en pie continúan al margen de las decisiones y del financiamiento. Excluir a los quilombos de estos espacios significa ignorar conocimientos construidos a lo largo de siglos y reproducir injusticias históricas que comprometen la efectividad de las soluciones climáticas.

La COP31 debe ser una oportunidad para transformar el reconocimiento en implementación, los compromisos en financiamiento y la participación en un poder real de decisión. La delegación quilombola

llega a este espacio con su historia, su ciencia ancestral y su organización colectiva. No reivindicamos únicamente el derecho a estar presentes, sino también el derecho a contribuir efectivamente a las decisiones que afectan nuestros territorios y el futuro común de la humanidad.

Brasil, 2026

Coordinación Nacional de Articulación de las Comunidades Negras Rurales Quilombolas (CONAQ)

https://conaq.org.br/